

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis Societárias

31 de dezembro de 2019

com Relatório dos Auditores Independentes

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis Societárias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis societárias ...1

Demonstrações contábeis societárias

Balço patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis societárias.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis societárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Xanxerê - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis societárias da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (Companhia) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis societárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis societárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis societárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis societárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis societárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis societárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis societárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis societárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis societárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis societárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis societárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis societárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis societárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis societárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2020.



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	1.233	3.059
Contas a receber de clientes	6	21.949	27.904
Impostos e contribuições a recuperar	11	25	16
Estoques		625	572
Serviços pedidos em curso	8	1.297	625
Adiantamentos a fornecedores		13	12
Exposição Involuntária	9	1.274	917
Alienação de bens e direitos		4.009	52
Outros créditos a receber	10	75	171
		30.500	33.328
Não circulante			
Depósitos judiciais	20	33.290	31.341
Impostos e contribuições a recuperar	11	47	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	1.932	2.071
Ativo financeiro da concessão	12	3.073	5.428
Intangível	13	25.516	24.129
		63.858	62.993
Total do ativo		94.358	96.321

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	9.040	8.026
Empréstimos e financiamentos	16	296	536
Folha de pagamento		552	548
Impostos e contribuições a recolher	17	13.548	17.916
Dividendos e JSCP		86	86
Obrigações Estimadas	19	1.741	1.959
Encargos do Consumidor	18	4.559	4.578
Passivos financeiros setoriais	30	9.020	11.941
Outras contas a pagar	21	804	1.078
		39.646	46.668
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	663	718
Impostos e contribuições a recolher	17	-	425
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	37.378	34.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	1.045	3.126
Outras contas a pagar	21	32	35
		39.118	39.083
Patrimônio líquido			
Capital social	22	6.388	6.388
Reservas de lucros	22	1.743	1.743
Recursos destinados a Aumento de Capital	22	2.770	540
Lucros acumulados		4.693	1.899
		15.594	10.570
Total do passivo		94.358	96.321

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	23	92.577	84.536
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(38.060)	(34.754)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(30.349)	(27.335)
Pessoal	24	(14.634)	(14.272)
Material	24	(1.125)	(974)
Serviços de terceiros	24	(2.666)	(2.714)
Depreciação e amortização	24	(1.398)	(1.467)
Arrendamentos e alugueis	24	(720)	(767)
Outros	24	(1.959)	(1.319)
		<u>(90.911)</u>	<u>(83.602)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>1.666</u>	<u>934</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(924)	(1.461)
Receitas financeiras	25	910	1.619
		<u>(14)</u>	<u>158</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.652</u>	<u>1.092</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(799)	(332)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(139)	345
		<u>(938)</u>	<u>13</u>
Lucro líquido do exercício		<u>714</u>	<u>1.105</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Recursos Dest.Aum.de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2017	6.388	1.743	200	794	9.125
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	340	-	340
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	1.105	1.105
31 de dezembro de 2018	6.388	1.743	540	1.899	10.570
Realização Efeitos Adoção IRFS/Novos CPCs	-	-	-	2.080	2.080
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	2.230	-	2.230
Lucro líquido do exercício	-	-	-	714	714
31 de dezembro de 2019	6.388	1.743	2.770	4.693	15.594

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	714	1.105
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto de renda e a contribuição social com o fluxo de caixa:		
Juros sobre empréstimos	890	374
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.599	1.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	139	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	(340)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	203	(105)
Amortizações e baixas do intangível	1.398	1.467
Lucro ajustado	5.943	4.345
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	5.752	(9.351)
Serviços pedidos em curso	(672)	(505)
Depósitos judiciais	(1.949)	(1.809)
Ativo financeiro da concessão	2.355	(59)
Exposição involuntária	(357)	(381)
Outras contas a receber	(3.947)	818
	1.182	(11.286)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	1.014	1.035
Impostos e contribuições a recolher	(4.793)	4.463
Encargos do Consumidor	(19)	(779)
Passivos financeiros setoriais	(2.921)	3.980
Outras contas a pagar	(492)	714
	(7.211)	9.413
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	(86)	2.472
Atividades de investimentos		
Intangível	(2.785)	(1.660)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.785)	(1.660)
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	1.176	1.100
Amortização de empréstimos	(2.361)	(2.122)
Recursos Destinados a aumento de Capital	2.230	340
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.045	(682)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.826	129
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	3.059	2.930
Saldo no final do exercício	1.233	3.059
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.826	129

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	119.503	110.652
Outras receitas operacionais	22.490	22.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(203)	105
	<u>141.790</u>	<u>133.259</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custo da energia comprada, CUSD e custo de construção	(68.409)	(62.089)
Serviço de terceiros	(2.666)	(2.714)
Materiais	(1.125)	(974)
	<u>(72.200)</u>	<u>(65.777)</u>
Valor adicionado/aplicado bruto	<u>69.590</u>	<u>67.482</u>
Depreciação/Amortização	<u>(1.398)</u>	<u>(1.467)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>68.192</u>	<u>66.015</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	910	1.619
Valor adicionado total a distribuir	<u>69.102</u>	<u>67.634</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	14.634	14.272
Remuneração direta	9.669	9.570
Benefícios	821	812
FGTS/INSS	4.144	3.890
Outros	2.856	628
	<u>17.490</u>	<u>14.900</u>
Tributos		
Federais, Estaduais e Municipais	49.255	49.400
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	720	767
Outras despesas financeiras	923	1.461
	<u>1.643</u>	<u>2.228</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	714	1.105
	<u>69.102</u>	<u>67.634</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Societárias.

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Iguçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 37.712 consumidores em 8 municípios (Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Ipuacú, todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina), tendo sua sede no Município de Xanxerê e com escritório regional no município de Xaxim e escritórios itinerantes nos municípios Bom Jesus, Marema, Entre Rios e Lajeado Grande, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Iguçu Energia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Iguçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - IENERGIA. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL <http://www.aneel.gov.br>:

Nº do contrato - 050/1999	Origem - Aneel	UF - SC
Vigente até - 07/07/2045		
Concessionária - Iguçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - Iguçu Energia		
Documentos - Contrato de Concessão Primeiro Termo Aditivo Segundo Termo Aditivo Terceiro Termo Aditivo Quarto Termo Aditivo Quinto Termo Aditivo		

3. Base de apresentação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis societárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), sendo que este foi harmonizado ao máximo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias, conforme descrito no MCSE:

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das Demonstrações Contábeis Societárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de junho de 2020.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota 7.

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2018, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

4.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.8. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os

acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu 'contas a receber' (nota 7).

4.9. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

4.10. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um

ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.11. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.13. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.16. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.17 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo.

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 06 (R1) | IAS 17, foram reclassificados em 1º de janeiro de 2019 de empréstimos e financiamentos para passivo de arrendamento.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

b) Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguir, estão descritos os pronunciamentos e interpretações que entraram em vigência em 1º de janeiro de 2019, porém não impactaram as demonstrações contábeis societárias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro: a interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito do referido pronunciamento, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente, (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais, (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos, e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não há incertezas significantes quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para as demonstrações contábeis societárias.
- CPC 48/IFRS 09 – Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa: De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.
- CPC 33 (R1)/IAS 19 – Alterações, reduções ou liquidação de planos: as alterações a este pronunciamento contábil abordam a contabilização quando da alteração, redução ou liquidação de um plano durante o seu período-base. Tais mudanças foram realizadas para clarificar o que deve ser feito pela companhia quando os planos são alterados, reduzidos ou liquidados durante o período-base. Dessa forma, a Companhia deve: (i) determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento; e (ii) determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. Tais mudanças não impactaram a Companhia, uma vez que os eventos determinados na norma supracitada não tiveram ocorrência ainda, e dessa forma, a medida que ocorrerem, é provável que impactem os planos de benefícios a empregados mantidos pela Companhia.

- Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos não são aplicáveis às atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações contábeis societárias.

c) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis societárias (a partir de 1º de janeiro de 2020), sendo que a Companhia não os adotou de forma antecipada:

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14/2019 – Aprovado em 1º de novembro de 2019 e divulgado em 10 de dezembro de 2019: as alterações são em decorrência principalmente das alterações anuais do Ciclo 2018-2019, principalmente alterações realizadas ao CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual, conforme descrito a seguir:

CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatórios financeiros, dentre as diversas alterações requeridas pelo pronunciamento em questão, os seguintes aspectos foram alterados: (i) conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites; (ii) clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos; (iii) define critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); (iv) base de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e (v) determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis societárias de propósito geral tomam como base nessas demonstrações societárias, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis e as informações divulgadas. As alterações não resultarão em mudanças significativas nas demonstrações da Companhia.

- A Companhia analisou as demais normas e interpretações alteradas não vigentes e concluiu que as mesmas não impactarão de forma significativa suas práticas contábeis e, conseqüentemente, as Demonstrações Contábeis Societárias.

4.18. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas Demonstrações Contábeis Societárias, a Iguazu Distribuidora de Energia elétrica Ltda., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.19. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Iguaçu Distribuidora de energia Elétrica Ltda., conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis Societárias e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.20 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	1.233	3.059
	<u>1.233</u>	<u>3.059</u>

Os saldos de equivalentes de caixa correspondem ao numerário em trânsito.

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber de consumidores faturados	9.664	9.259
Contas a receber de consumidores não faturados	2.530	2.931
Outras	401	277
	<u>12.595</u>	<u>12.467</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(366)	(163)
Rendas a receber	237	242
Ativos financeiros setoriais (nota 36)	9.483	15.538
Total de conta a receber de clientes	<u>21.949</u>	<u>27.904</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de atualização monetária pelo IGP-M, juros de 1% pro rata e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

Classe do consumidor	<u>2019</u>			Total 2019
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	2.812	782	68	3.662
Industrial	1.287	129	241	1.657
Comércio, Serviços e Outras Atividades	2.004	186	38	2.228
Rural	1.051	208	52	1.311
Poder Público	250	25	-	275
Iluminação Pública	322	3	-	325
Serviço Público	206	-	-	206
Subtotal	<u>7.932</u>	<u>1.333</u>	<u>399</u>	<u>9.664</u>
Fornecimento não Faturado	2.530	-	-	2.530
Serviço Taxado	-	52	6	58
Outras	110	91	10	211
Encargo de Uso da Rede Elétrica	132	-	-	132
	<u>10.704</u>	<u>1.476</u>	<u>415</u>	<u>12.595</u>

Classe do consumidor	2018			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	2018
Residencial	2.767	725	50	3.542
Industrial	1.057	264	126	1.447
Comércio, Serviços e Outras Atividades	2.059	178	32	2.269
Rural	976	176	49	1.201
Poder Público	238	17	1	256
Iluminação Pública	339	-	-	339
Serviço Público	205	-	-	205
Subtotal	7.641	1.360	258	9.259
Fornecimento não Faturado	2.931	-	-	2.931
Serviço Taxado	-	41	5	46
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	44	105	7	156
Encargo de Uso da Rede Elétrica	73	-	-	73
	10.689	1.506	271	12.466

7. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2019			2019
	2018	Provisões Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	163	2.907	(2.704)	366
Total circulante	163	2.907	(2.704)	366

	2018			2018
	2017	Provisões Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	268	2.186	(2.291)	163
Total circulante	268	2.186	(2.291)	163

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

8. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 1.297 (R\$ 625 em 31/12/2018) refere-se aos valores de projetos em andamento do Programa de Eficiência Energética e do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento e que assim que concluídos são compensados com valores registrados no passivo.

9. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 1.274 (R\$ 917 em 31 de dezembro de 2018) compreende aos Créditos CDE a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, considerando o que determina a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

10. Outros créditos a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subvenção baixa renda	35	36
Despesas Pagas Antecipadamente	40	44
Outros créditos a receber	-	91
	<u>75</u>	<u>171</u>

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
ICMS (a)	25	47	13	24
IRPJ	-	-	2	-
ISS	-	-	1	-
	<u>25</u>	<u>47</u>	<u>16</u>	<u>24</u>

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada a taxa de 8,09% por meio do denominado WACC regulatório (líquido de impostos), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	2019			
	2018	Adições	Baixas	2019
Ativo financeiro	5.428	145	(2.500)	3.073
Intangível	24.129	6.943	(5.556)	25.516
Total	29.557	7.088	(8.056)	28.589

	2018			
	2017	Adições	Baixas	2018
Ativo financeiro	5.370	269	(211)	5.428
Intangível	23.936	462	(269)	24.129
Total	29.306	731	(480)	29.557

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na Resolução ANEEL 414/2010, com suas alterações posteriores e que constam na página da ANEEL de forma compilada.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante da Contabilidade Regulatória, estão apresentadas na Contabilidade societária como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

		2019			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	22.452	(5.320)	6.263	23.395
Em curso	-	1.677	-	444	2.121
		24.129	(5.320)	6.707	25.516

		2018			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	22.528	(2.723)	2.647	22.452
Em curso	-	1.408	-	269	1.677
		23.936	(2.723)	2.916	24.129

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	2019					2019
	2018	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	
Em Serviço	33.807	5.100	(5.556)	-	-	33.351
(-) Amortização	(11.355)	1.398	-	-	-	(9.957)
Total em serviço	22.452	6.498	(5.556)	-	-	23.394
Em curso	1.677	12.261	(11.817)	-	-	2.121
	24.129	18.759	(17.373)	-	-	25.515

	2018					2018
	2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	
Em Serviço	35.351	3.763	(5.307)	-	-	33.807
(-) Amortização	(12.822)	1.467	-	-	-	(11.355)
Total em serviço	22.529	5.230	(5.307)	-	-	22.452
Em curso	1.407	7.877	(7.607)	-	-	1.677
	23.936	13.107	(12.914)	-	-	24.129

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o fim do novo prazo de concessão, ou seja, até 7 de julho de 2045, conforme ICPC01

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obras em andamento	615	637
Materiais em depósito	<u>1.506</u>	<u>1.040</u>
	<u>2.121</u>	<u>1.677</u>

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. Partes relacionadas e Garantias das partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período.

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

Consequentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da empresa.

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2019	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	529	100	dez/13	set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Banrisul	17	100	out/13	fev/20	Joaquim Salles Leite Filho
Total	546				

15. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.262	2.370
Celesc Distribuição S/A	2.156	1.913
Focus Energia Ltda	3.478	2.698
Materiais	62	389
Serviços	517	309
Materiais e Serviços de Imobilizado	565	347
	<u>9.040</u>	<u>8.026</u>

16. Empréstimos e financiamentos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
B.N.D.E.S.	18	258
Luz Para Todos	8	31
FINAME	547	817
Outras operações	<u>386</u>	<u>148</u>
	<u>959</u>	<u>1.254</u>
Parcela de circulante	296	536
Parcela de não circulante	663	718

16.1 Composição e condições pactuadas

Instituições financeiras / credores*	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	18	18	-
Luz para todos	249	0,93% am	-	8	8	-
CCB	441	0,36% am	CDI	386	126	260
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	547	144	403
				959	296	663

*valores em moeda nacional na data de 31-12-2019

Instituições financeiras / credores**	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	258	240	18
Luz para todos	249	0,93% am	-	31	23	8
CCB	441	0,50% am	CDI	148	116	32
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	817	157	660
				1.254	536	718

**valores em moeda nacional na data de 31-12-2018

16.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Instituições financeiras / credores	Saldo inicial - 31/12/2017	Ingressos	Encargos	Baixas de principal	Baixas de juros	Saldo final - 31/12/2018	Ingressos	Encargos	Baixas de principal	Baixas de juros	Saldo final 31/12/2019
B.N.D.E.S.	608	-	61	(360)	(51)	258	-	5	(184)	(61)	18
Capital de Giro	57	-	-	(52)	(5)	-	-	-	-	-	-
Luz Para Todos	69	-	2	(37)	(3)	31	-	-	(22)	(1)	8
FINAME / CCB	1.095	-	168	(256)	(42)	965	445	255	(613)	(129)	933
Outras operações	74	-	-	(74)	-	-	-	-	-	-	-
	1.903	-	231	(779)	(101)	1.254	445	260	(819)	(181)	959

16.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

<u>Ano</u>	<u>FINAME</u>	<u>Outras operações</u>	<u>Total</u>
2021	126	102	228
2022	126	102	228
2023	126	56	182
2024	25	-	25
	403	260	663

16.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

17. Impostos e contribuições a recolher circulante e não circulante

Circulante	2019	2018
ICMS	12.039	16.963
INSS	460	270
FGTS	107	107
Programa de Integração Social – PIS	90	98
Contribuição Financ. da Seguridade Social – COFINS	415	453
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	116	5
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	309	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de terceiros	8	15
Imposto Sobre Serviço – ISS	4	5
	13.548	17.916
Não Circulante		
ICMS parcelado	-	425

18. Encargos do consumidor a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	521
Fundo Nac. Desenv. Científico e Tecnológico-FNDCT	34	28
Ministério de Minas e Energia - MME	17	14
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	781	605
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	2.662	2.812
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	180	140
Taxa de Fiscalização	-	8
Bandeiras Tarifárias	885	450
	<u>4.559</u>	<u>4.578</u>

- (a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

19. Obrigações estimadas

O valor de R\$ 1.741 (R\$ 1.959 em 31/12/2018), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

20. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	31/12/2019			31/12/2018		
	Passivo Valor da provisão	Ativo Depósitos judiciais	Provisão líquida	Passivo Valor da provisão	Ativo Depósitos judiciais	Provisão líquida
Processos judiciais						
Celesc	33.264	33.264	-	31.332	31.332	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	1.516	26	1.490	929	9	920
Regulatórios	318	-	318	318	-	318
Trabalhistas	80	-	80	-	-	-
	37.378	33.290	4.088	34.779	31.341	3.438
Não circulante	37.378	33.290	4.088	34.779	31.341	3.438
	37.378	33.290	4.088	34.779	31.341	3.438

b) A movimentação dos processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	Saldo inicial 31/12/2017	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2018	Adição	Reversão	Saldo final 31/12/2019
Cíveis	897	12.659	(12.627)	929	17.669	(17.082)	1.516
	897	12.659	(12.627)	929	17.669	(17.082)	1.516

Os valores acima não foram considerados com o acréscimo de correção monetária, juros e honorários advocatícios, com exceção do processo da CELESC cujo o valor foi obtido junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Xanxerê.

Celesc

Refere-se a discussão judicial referente ao prazo do Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica – período de janeiro a julho de 2008.

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros e estão classificadas pelo jurídico como remotas.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A empresa discute processo referente a questões técnicas e administrativas em divergência com a análise da Agencia. Atualmente, a Companhia possui 02 processos em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 318 mil.

21. Outras contas a pagar

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição de iluminação pública	312	-	290	-
Ajustes de faturamento	80	-	71	-
Suprimento – Micro geração	121	-	48	-
Multas	25	-	50	-
Aluguéis	26	-	76	-
Contribuições financeiras	15	-	16	-
Multas e Juros do ICMS parcelado	196	-	308	-
Bônus de Itaipu recebidos da Eletrobrás	5	-	4	-
Retenção de quotas da Reserva Global de Reversão - RGR	5	31	5	35
Indenizações Trabalhistas	-	-	208	-
Taxa de Fiscalização	8	-	-	-
Outros	10	-	1	-
	804	31	1.078	35

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 6.388 (R\$ 6.388 em 31 de dezembro de 2018), representado por 25.966 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:

Quotistas	Quotas	%
Netherinvest Participações Ltda.	16.987	65,42%
Joaquim Salles Leite Filho	6.765	26,05%
Outros	2.214	5,53%
	25.966	100,00%

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c) Recursos Destinados a Aumento de Capital

São adiantamentos efetuados pelos cotistas da Empresa a título de futuro aumento de capital. Estes adiantamentos devem ser ratificados pela Assembleia Geral Ordinária dos Cotistas.

d) Realização Efeitos Adoção IRFS/Novos CPCs

Remensuração dos efeitos dos impostos diferidos calculados sobre ativo financeiro da concessão.

23. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecimento de energia	125.569	110.652
Outras receitas (b)	18.227	16.465
	<u>143.796</u>	<u>127.117</u>
<u>Receita de construção</u>		
Receita de construção (a)	7.123	4.764
	<u>7.123</u>	<u>4.764</u>
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(28.126)	(26.011)
Programa de integração social – PIS	(2.375)	(2.729)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(10.939)	(9.234)
Imposto sobre serviços - ISS	(12)	(49)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(179)	(167)
Programa de eficiência energética -PEE	(359)	(334)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.558)	(7.250)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(97)	(97)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	(179)	(167)
Ministério de Minas e Energia – MME	(89)	(84)
Bandeiras Tarifárias	(1.618)	(2.853)
Demais Ativos e Passivos Financeiros - Neutralidade	(2.688)	6.394
	<u>(51.219)</u>	<u>(42.581)</u>

Custo de construção

Custo de construção (a) (7.123) (4.764)

Receita operacional líquida

92.577

84.536

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada quando houver necessidade. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

- (b) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Serviço Taxado	397	310
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	611	595
EUSD - Consumidores Livres	16.205	14.605
Aluguel de postes	804	743
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - Baixa renda	210	212
	<u>18.227</u>	<u>16.465</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	N° de consumidores (valores não auditados)		MWh (valores não auditados)		R\$ mil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Residencial	27.234	26.647	62.024	60.426	30.241	28.207
Industrial	1.144	1.078	31.400	30.528	23.084	21.448
Comercial, Serviços	4.240	4.128	41.680	40.091	19.703	18.154
Rural	4.641	4.608	36.702	34.721	13.336	11.873
Poder Público	402	407	5.003	5.096	2.491	2.446
Iluminação Pública	7	7	9.851	10.000	2.704	2.670
Serviço Público	44	44	4.383	4.426	1.638	1.542
(-) Exc. demanda (c)	-	-	-	-	(3.039)	(2.321)
Subtotal	37.712	36.919	191.043	185.288	90.158	84.019
ICMS Faturado	-	-	-	-	28.126	26.011
PIS Faturado	-	-	-	-	2.375	2.120
COFINS Faturado	-	-	-	-	10.939	9.765
Fornec. não faturado	-	-	-	-	302	83
	37.712	36.919	191.043	185.288	131.900	121.998

24. Custos do serviço e despesas operacionais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Energia elétrica comprada para revenda (e)	38.060	34.754
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	30.349	27.335
Pessoal (a)	14.634	14.272
Material (b)	1.125	974
Serviços de terceiros (c)	2.666	2.714
Depreciação e amortização	1.398	1.467
Arrendamentos e alugueis (d)	720	767
Outros (f)	1.959	1.319
	<u>90.911</u>	<u>83.602</u>

a) Pessoal

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remunerações	11.743	11.257
Encargos sociais	4.144	3.890
Auxílio alimentação	290	298
Convênio assistencial e outros benefícios	531	514
(-) Transferências para imobilizações em curso	(2.074)	(1.687)
	<u>14.634</u>	<u>14.272</u>

b) Materiais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Manutenção do Sistema Elétrico e Equipamentos	781	674
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	87	72
Peças, Acessórios e Combustível para Veículos	701	727
Material de Expediente	66	79
(-) Transferências para Contas Patrimoniais	(510)	(578)
	<u>1.125</u>	<u>974</u>

c) Serviços de terceiros

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Consultoria e auditoria	351	311
Manutenção do sistema elétrico e equipamentos	571	549
Limpeza, conservação de prédios e segurança	35	30
Conserto e conservação de veículos	201	169
Processamento de dados	647	593
Comunicação, correios, reprografias e publicidades	441	492
Fretes, passagens, hospedagem e alimentação	99	94
Progr. de controle médico da saúde ocupacional	30	37
Formação profissional de empregados	19	40
Honorários advocatícios	422	533
(-) Transferências para contas patrimoniais	(150)	(134)
	<u>2.666</u>	<u>2.714</u>

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 720 em 2019 (R\$ 767 em 2018) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2018, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh (valores não auditados*)		Uso do sistema de distribuição			
	31/12/2019	31/12/2018	CUSD – 2019		CUSD – 2018	
			Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Distribuição S/A	-	-	537.983	572.983	507.534	593.625
Iguaçu Comerc. de E. E.	-	18.482	-	-	-	-
Focus Energia Ltda	140.334	104.747	-	-	-	-
ITAIPÚ	45.521	50.891	-	-	-	-
PROINFA	4.570	4.478	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	42.568	45.632	-	-	-	-
Total	232.993	224.230	537.983	572.983	507.534	593.625

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

f) Outras despesas

	31/12/2019	31/12/2018
Seguros	35	58
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	70	55
Doações, contribuições e subvenções	31	72
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	203	(105)
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(81)	(147)
Provisão para causas cíveis	666	510
Consumo próprio de energia elétrica	48	47
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	3	6
Pesquisa da satisfação do consumidor	10	9

Danos elétricos pagos aos consumidores	255	339
Conselho de Consumidores	9	9
Desativação de redes	435	337
Outras despesas	276	129
	1.960	1.319

- (a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Acréscimo moratório de venda de energia	743	716
Variações monetárias	170	919
Outras receitas	(3)	(16)
	910	1.619
Variações monetárias	(94)	(573)
Encargos de dívidas	(25)	(18)
Juros passivos	(774)	(645)
Total	(893)	(1.236)
Variação Cambial – Receita	160	456
Variação Cambial - Despesa	(191)	(681)
Total	(31)	(225)
Total Líquido	(14)	158

26. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo não circulante	1.932	2.071
Passivo não circulante	(1.045)	(3.126)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável:

	<u>Balço Patrimonial</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para processos judiciais e outros	1.390	1.169	1.390	1.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	124	55	124	55
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	418	847	418	847
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	1.932	2.071	1.905	2.071

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	-	523
2020	547	550
2021	609	550
2022	609	133
2023	84	133
2024	83	-
	1.932	1.889

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
IMPOSTOS CORRENTES				
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	1.652	1.652	1.091	1.091
Adições/Exclusões:	765	781	(44)	(44)
_ Provisão para contingências	666	666	510	510
_ Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	203	203	(105)	(105)
_ Compensação Prejuízo Fiscal	(1.036)	-	(449)	-
_ Outras Exclusões	932	953	-	-
_ Compensação Base Negativa	-	(1.042)	-	(449)
Base de Cálculo	2.417	2.432	1.046	1.046
Alíquota Fiscal de 15% p/ IRPJ e 9% p/ CSLL	362	219	157	94
Adicional de 10% s/o que ultrap. 240.000,00	218	-	81	-
Impostos Correntes Devidos	580	219	238	94
Total da provisão corrente registrada		799		332
IMPOSTOS DIFERIDOS				
Ativo Fiscal Diferido	(33.290)	(33.290)	(31.177)	(31.177)
Passivo Fiscal Diferido	37.744	37.744	34.779	34.779
Prejuízo Fiscal (Parte B do LALUR)	923	-	2.183	-
Base negativa da CSLL	-	2.073	-	3.340
	5.377	6.527	5.785	6.942
Impostos Diferidos Devidos	1.344	587	1.446	625
Impostos Diferidos no Exercício Anterior	(1.446)	(625)	(1.193)	(533)
Provisão Diferida Registrada	102	37	253	92
Total da provisão diferida registrada		139		345

A forma de apuração de cálculo dos tributos dos anos de 2019 e 2018 foi pelo lucro real estimativa.

27. Instrumentos financeiros
a. Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.233	1.233	3.059	3.059
Contas a receber de clientes	21.949	21.949	27.904	27.904
Depósitos judiciais	33.290	33.290	31.341	31.341
Ativo financeiro da concessão	(23.017)	(23.017)	(25.218)	(25.218)
	33.455	33.455	37.086	37.086
Passivos financeiros				
Fornecedores	9.040	9.040	8.026	8.026
Empréstimos e financiamentos	959	959	1.254	1.254
	9.999	9.999	9.280	9.280

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 18. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.
- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.

- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.
- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de covenants.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da empresa na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Focus Energia Ltda + ITAIPU	2014 a 2032	249.800	274.700	302.300	302.300	347.600

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

29. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos (a)	20/08/2020	100% Fipe	27

(a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.

30. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu em 2010 integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis societárias de 2018 os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios, bem como, que os saldos registrados em 31 de dezembro de 2019 são a seguir apresentados:

Ativo	2019		2018	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2018 em compensação				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.210	29	546	28
Programa de incent. fontes alternativas de energia-CVA PROINFA	146	-	-	-
Custos de energia compr. p/ revenda-CVA energ.	4.714	424	5.440	424
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	63	12	141	13
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	30	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	27	2
Neutralidade da Parcela A	387	-	-	-
	6.550	465	6.154	467
Varição capturada p/ reajuste tarifário em 2019				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	165	127	1.117	53
Programa de incent. fontes alternativas de energia-CVA PROINFA	-	-	31	1
Custos de energia compr. p/ revenda-CVA energ.	1.671	423	7.110	360
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	51	11	61	3
Transporte de energia pela rede básica	18	2	-	-
	1.905	563	8.319	417
	8.455	1.028	14.473	884
Passivo	2019		2018	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2018 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético - CVA CDE	107	17	131	16
Progr.de incentivo a fontes alternativas de energia-CVA PROINFA	-	-	25	2
Custos de energia compr. p/ revenda-CVA energ.	71	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	11	-	-	-
Transporte de energia elétrica – Itaipu Binacional	2	-	-	-
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	1.641	176	2.100	176
	1.832	193	2.256	194
Varição capturada p/ reajuste tarifário em 2019				
Encargo de uso do sistema - CVA CDE	516	46	-	-
Progr.de incentivo a fontes alternativas de energia-CVA PROINFA	40	1	-	-
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	563	160	1.890	97
Transporte de energia pela rede básica	-	-	1	-
Neutralidade da Parcela A	428	-	5.181	-
Sobrecontratação de energia	1.187	-	-	-
Devoluções Tarifárias	3.040	-	2.321	-

Demais passivos financeiros setoriais	1.014	-	-	-
	6.788	207	9.393	97
TOTAL	8.620	400	11.649	291

31. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR”, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 até 30 de abril de 2020 no seguinte sítio www.ienergia.com.br.

32. Eventos Subsequentes

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas as demonstrações financeiras.

Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19 e a Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joaquim Salles Leite Filho
Diretor Presidente

Ana Paula Torres
Diretora

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Wagner Luiz Teles
Contador
CRC 15C16365
CPF 607.476.769-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETARIO - 2019

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORES QUOTISTAS

A Administração da **IGUAÇU ENERGIA** tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2019.

O presente relatório demonstra um extrato das principais atividades desenvolvidas no ano de 2019, a capacidade técnica e administrativa da empresa, o valor de seu acervo e de seu quadro de pessoal, empreendendo esforços para garantir um fornecimento de energia elétrica, seguro e confiável, com índices de qualidade satisfatórios, mantendo uma política administrativa de austeridade.

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2019 a **IGUAÇU ENERGIA** manteve sua política da qualidade e aprimoramento da mesma, buscando sempre o apoio e valorizando as sugestões dos seus colaboradores, tendo como prioridade sua divulgação e a satisfação de seus clientes.

Foi através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos alcançar êxito.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje **IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA**, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato tiveram seu prazo de vigência até 07 de julho de 2045, e poderia ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que foi efetivado, formalmente, em 05 de julho de 2012.

Após a solicitação, o Poder Concedente deveria manifestar-se, entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão nº 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre do mesmo ano, na incerteza ou não da sua prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências. Somente, em 15 de dezembro de 2015 assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 050/1999, prorrogando a vigência até 07 de julho de 2045.

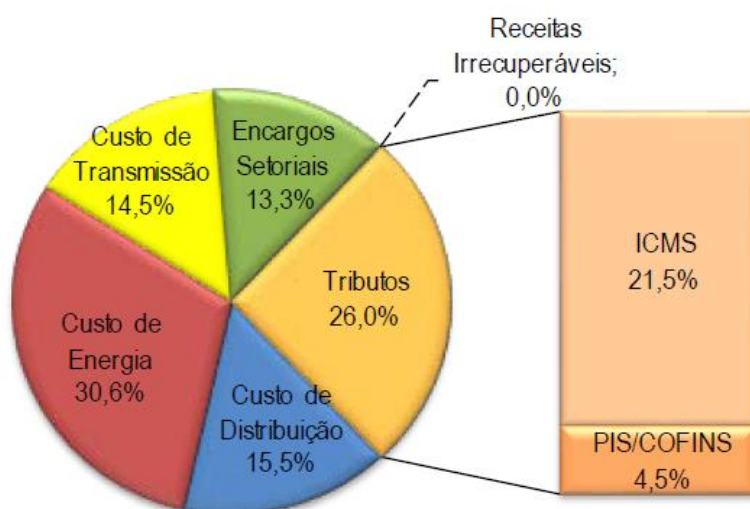
1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O Contrato de Concessão da **IGUAÇU ENERGIA** estabelece um reajuste anual para as tarifas de energia elétrica da empresa e a revisão nas tarifas, a cada 05 anos. A partir do dia 29 de agosto de 2019 através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.600 de 27 de agosto de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da **IGUAÇU ENERGIA**, foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 2,34 (dois virgula trinta e quatro por cento), sendo a percepção média pelos consumidores conectados em alta tensão (AT) de 5,48% e pelos consumidores de baixa tensão (BT) de 0,77%.

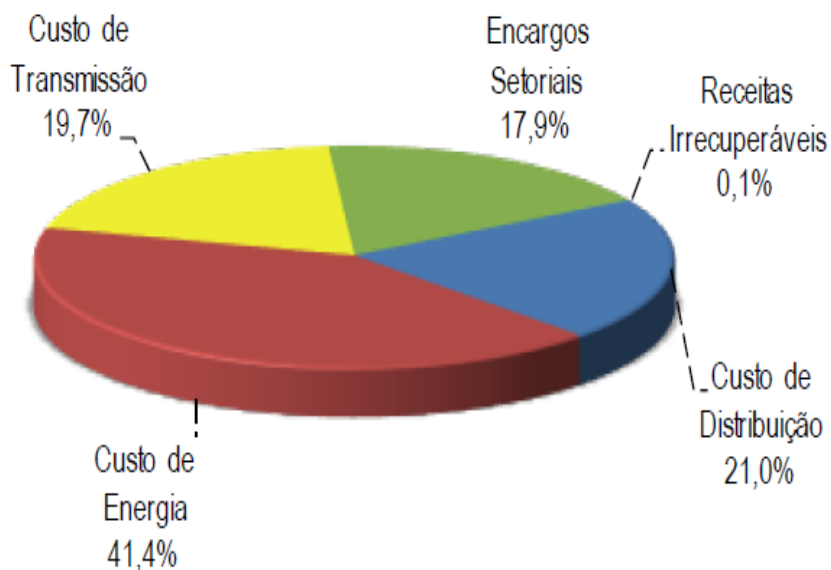
1.3.1 – COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

A tabela abaixo demonstra a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual com

Tributos, a participação de cada segmento na composição da receita da **IGUAÇU ENERGIA**, ou seja, quanto de cada conta de energia elétrica se destina aos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aí inclusos os custos de operação e manutenção (O&M), a depreciação dos ativos e a remuneração do capital investido, bem como se destina ao pagamento dos encargos setoriais e dos tributos. Apenas os tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado pela concessionária foram considerados, tendo sido utilizados médias nominais de **21,50%** para o ICMS, de **4,50%** para o PIS e COFINS, totalizando estes tributos um cálculo por dentro de **26,00%**, incidentes sobre a fatura contendo os tributos em sua base de cálculo, conforme estabelecido na legislação pertinente.



Participação dos Itens das Parcelas A e B na Receita Anual



41,40 %	Custo de Energia
19,70 %	Custo de Transmissão

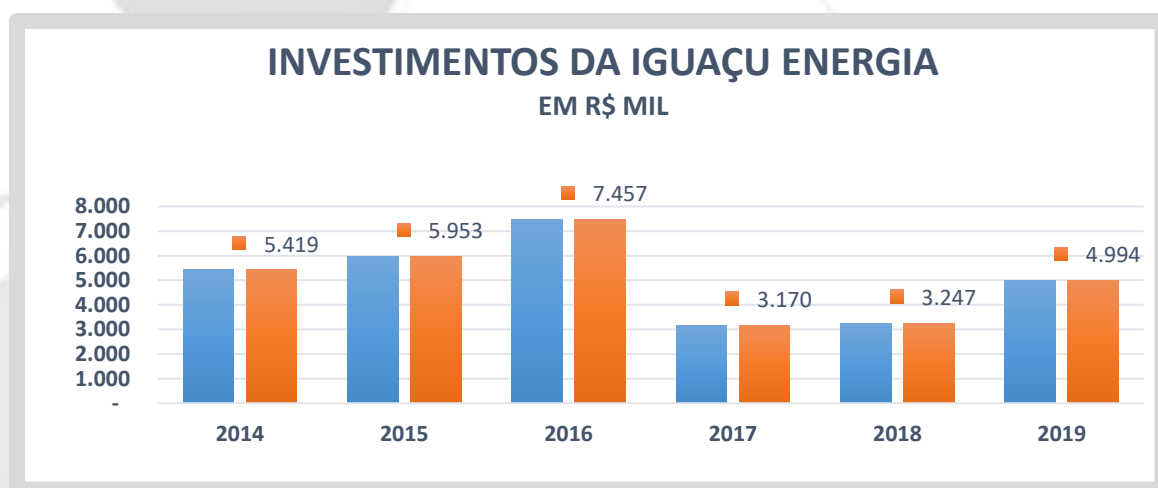
21,00 %	Custo de Distribuição - É gasto com pagamento do salários, encargos sociais, plano de saúde para os empregados, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.
17,90 %	Encargos Setoriais

1.4 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

No ano de 2019, a **IGUAÇU ENERGIA** executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A **IGUAÇU ENERGIA** executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R\$ 4.993.836,32 proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão, apesar da redução que a ANEEL está obrigando a empresa a fazer, tanto na quantidade de pessoas quanto na quantidade de veículos.

Os investimentos aplicados em 2019 que totalizaram o valor de R\$ 4.993.836,32 foram imobilizados nas áreas a seguir:

Linhas e Redes	R\$: 3.487.082,76
Veículos	R\$: 476.927,14
Medidores	R\$: 617.930,55
Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$: 121.496,62
Outros	R\$: 290.399,25
6. Total	R\$: 4.993.836,32



1.5 - BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001. Representam os valores da União, Estados e

dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O Despacho de encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu procedimentos contábeis para a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do Exercício de 2011. Dentre os assuntos abordados no documento estão as receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. As orientações contidas no Despacho baseiam-se na metodologia aprovada para o 3º ciclo de Revisão tarifária, especificamente em relação ao Submódulo 2.7 Outras Receitas, homologado pela Resolução nº 463, de 22 de novembro de 2011. De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais. O Despacho 4.991/2011 estabeleceu que os valores fossem transferidos para as Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo. A Resolução 457/2011 estabeleceu no subitem 3.1.1. Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo do Submódulo 2.7 Outras Receitas do PRORET que: “ As Receitas Auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, **a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3CRPT (terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica)**, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais, em subconta específica que não será amortizada”.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 - DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2019 é a seguinte:

<u>MATERIAIS</u>	<u>ÁREA URBANA</u>	<u>ÁREA RURAL</u>	<u>TOTAL</u>
Postes	13.322	16.888	30.210
Extensão RD (Km)	949,49	1.535,06	2.029,55
Trafos (Potência) Kva	64.235	50.690	114.925
Quantidade de Trafos	790	2.314	3.104

1.7 - MEDIÇÃO

No ano de 2019 foram adquiridos 3.140 medidores. Estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da **IGUAÇU ENERGIA**.

2 - DIRETRIZES

- ✓ **Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.**
- ✓ **Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.**

- ✓ Promover a constante valorização dos recursos humanos.
- ✓ Capacitar a IGUAÇU ENERGIA para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.
- ✓ Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de amizade na comunidade.

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Freqüência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

APRESENTAMOS A SEGUIR OS ÍNDICES DEC E FEC DOS ÚLTIMOS 5 ANOS:

2015		2016		2017		2018		2019	
DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FEC
15,74	20,87	10,01	10,45	11,12	9,38	7,21	6,14	7,50	5,53

DGC Desempenho Global de Continuidade

2015	2016	2017	2018	2019
1,76	0,98	0,97	0,63	0,62

Tabela II – Indicador de Desempenho Global de Continuidade: número de unidades consumidoras menor ou igual a 400.000

Posição no Ranking	DGC	Sigla	Empresa	Região
1º	0,19	EFLJC	EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA	SU
2º	0,31	EBO ⁽¹⁾	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	NE
3º	0,43	HIDROPAN	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	SU
4º	0,49	MUXENERGIA	MUXFELDT MARIN E CIA LTDA	SU
5º	0,50	SULGIPE	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	NE
6º	0,53	ENF	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	SE
7º	0,56	ELFSM	Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	SE
8º	0,57	COOPERALIANÇA	COOPERATIVA ALIANÇA	SU
9º	0,62	EFLUL	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA	SU
10º	0,63	IENERGIA	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	SU
11º	0,68	DEMEI	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	SU
12º	0,69	UHENPAL	NOVA PALMA ENERGIA LTDA	SU
13º	0,75	CHESP	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP	CO
14º	0,77	DMED	DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	SE
15º	0,98	ELETROCAR	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO SA	SU
16º	1,05	COCEL	Companhia Campolarguense de Energia	SU
17º	-	FORCEL ⁽²⁾	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	SU

⁽¹⁾ Distribuidoras com indicadores alterados em razão de decisões cautelares (processo judicial) que suspenderam os efeitos da interrupção do SIN ocorrida às 15h48 de 21/3/2018.

⁽²⁾ Distribuidora com certificação do processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade expirada.

Em 2020, a ANEEL estabeleceu as metas para a concessão de DEC = 11 e FEC = 10.

Observa-se que a **IGUAÇU ENERGIA**, em 2019, cumpriu as metas com margem significativamente melhor. Isso foi fruto do investimento e da estratégia e inteligência da área de engenharia.

Em 2019 o Centro de Teleatendimento - CTA, da **IGUAÇU ENERGIA**, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 32.812 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

A **IGUAÇU ENERGIA** possui o COD – Centro de Operação da Distribuição, este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão da **IGUAÇU ENERGIA**, especialmente nas manutenções de emergências, conseguindo uma grande redução no tempo de correção do defeito com maior qualidade e segurança.

O Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, apresentou o seguinte tempo:

<u>Intervalo de tempo</u> <u>(minutos)</u>	<u>Nº de ocorrências</u>
117,80	4.268

Destacamos que a **IGUAÇU ENERGIA** alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2017, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a **IGUAÇU ENERGIA** conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e vem dando uma nova dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC - índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

3.1 - SISTEMA INTERLIGADO

A IGUAÇU ENERGIA recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 - MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 - COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2019, foram encontradas 11 ocorrências que representavam furto de energia.

3.2.2 - AFERIÇÃO DE MEDIDORES

Em 2019 foram aferidos 2.244 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da **IGUAÇU ENERGIA**.

3.2.3 - VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

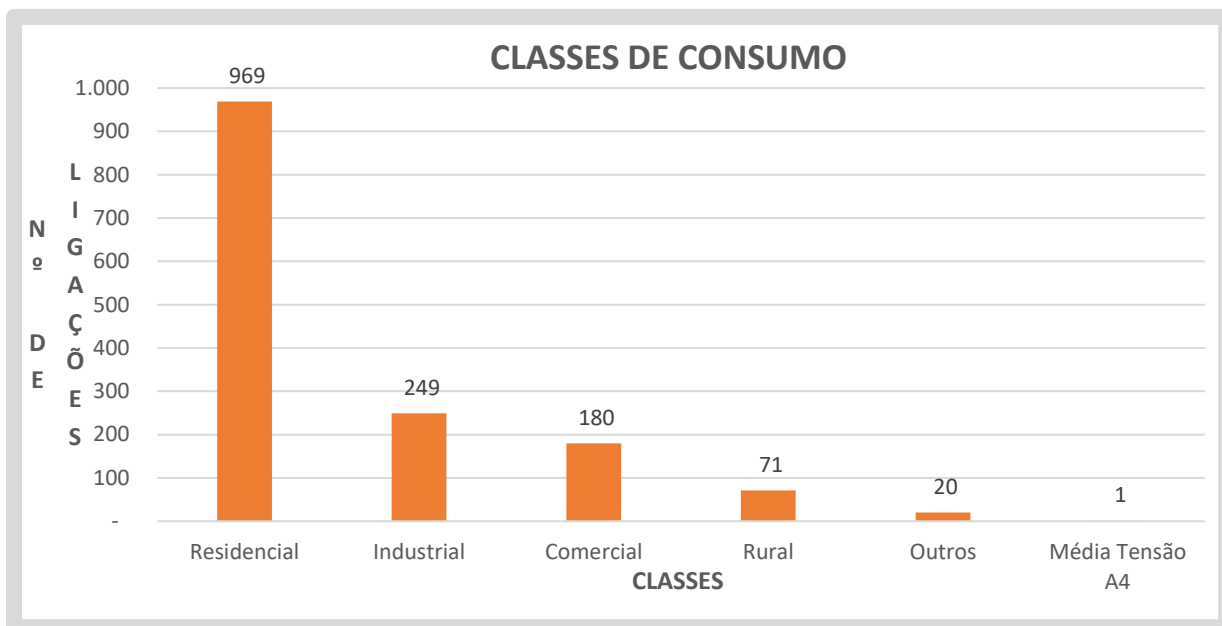
Em 2019 foram vistoriadas 4.608 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

3.2.4 – LIGAÇÕES NOVAS

A **IGUAÇU ENERGIA**, durante o ano de 2019, energizou 969 unidades consumidoras classificadas como residencial, 249 unidades na classe industrial, 180 ligações classificadas como comercial, 71 ligações rurais, 20 unidades cadastradas como poder público e não foram energizadas unidades consumidoras na classificação consumo próprio, totalizando 1.489 ligações novas no grupo baixa tensão. Foi energizada também 1 unidadesi consumidora na classe Média Tensão. Sendo assim, em 2019 foram energizadas 1.490 unidades consumidoras.

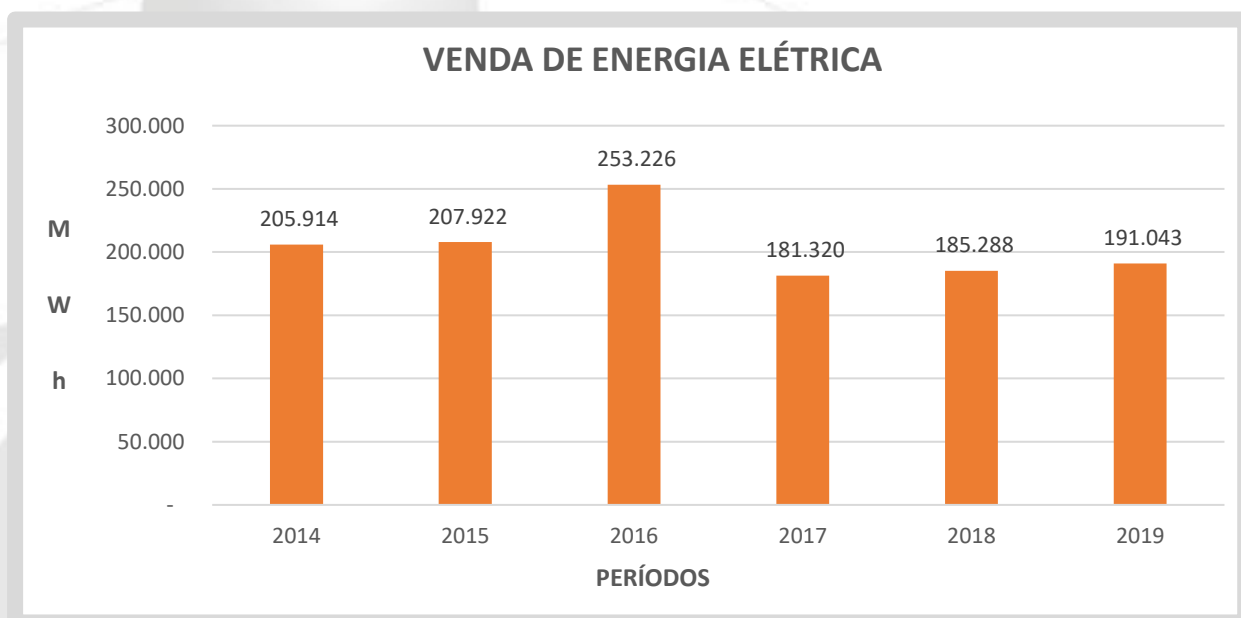


As ligações novas efetuadas no ano de 2019 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:

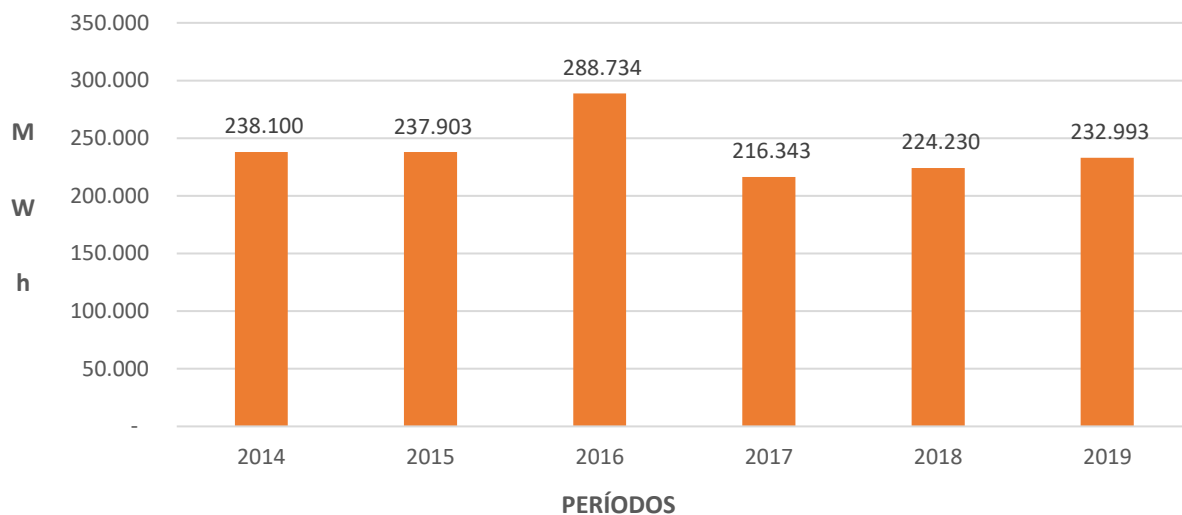


4 - MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

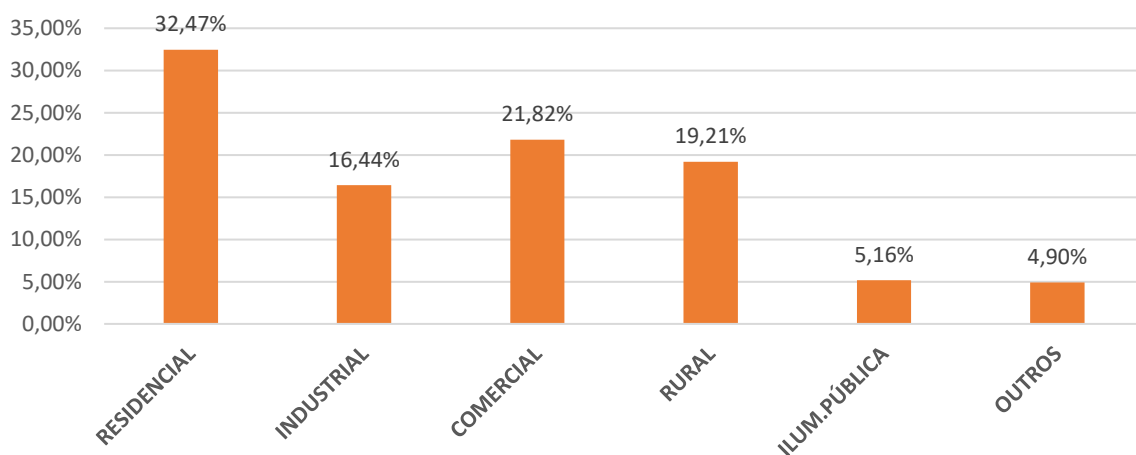
A **IGUAÇU ENERGIA** manteve em 2019, teve aumento praticamente vegetativo no seu mercado de energia, visto a migração de consumidores para o Mercado Livre, bem como o aumento de consumidores com Microgeração.



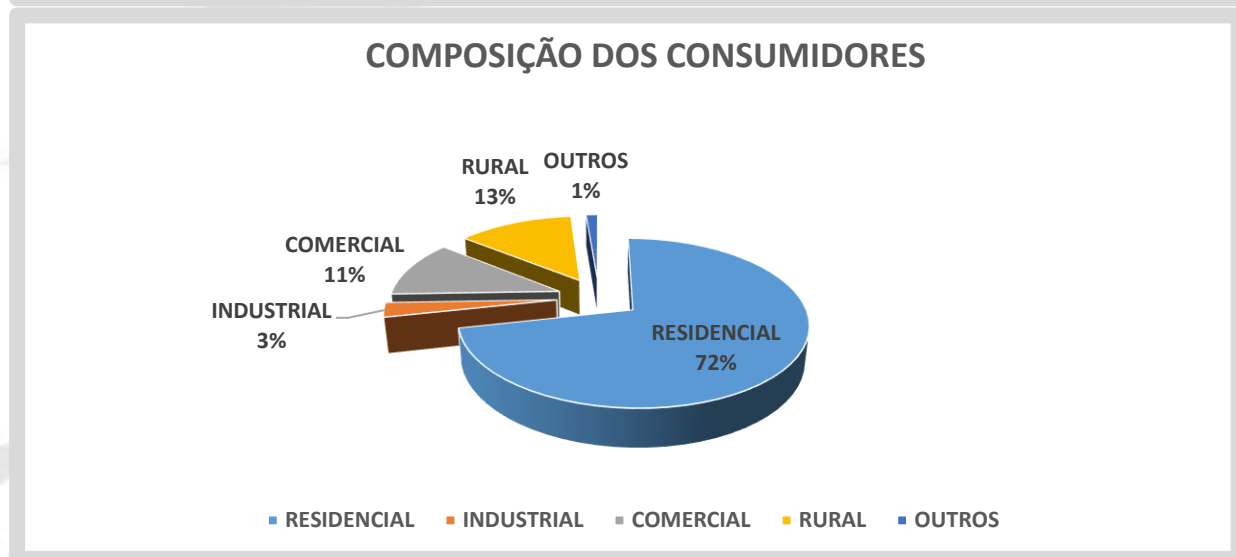
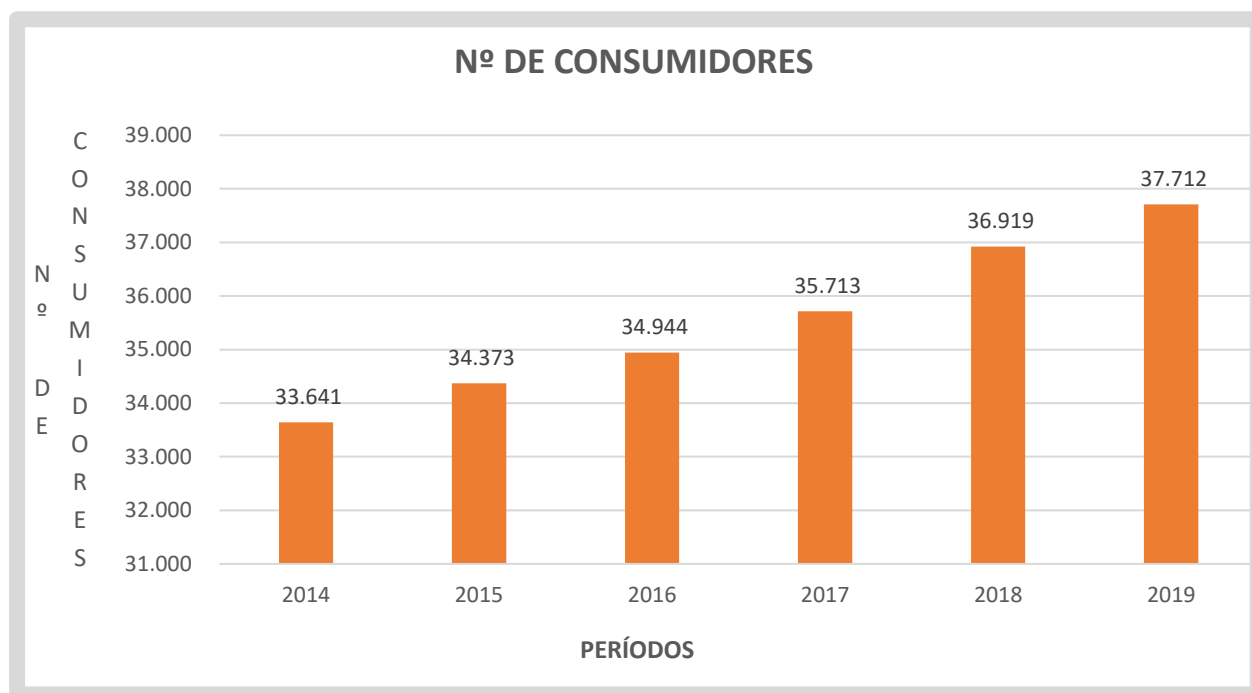
COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA



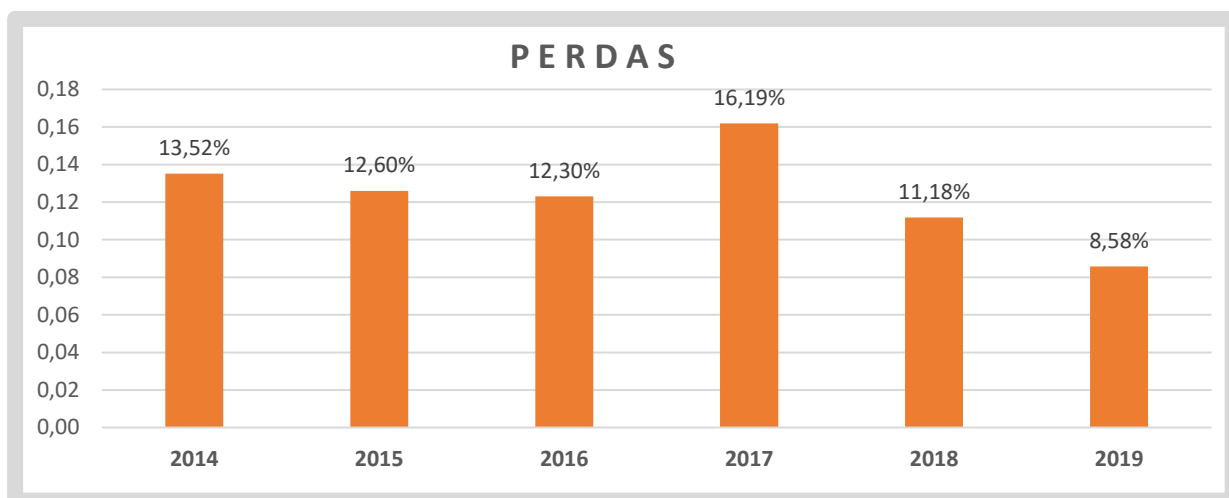
COMPOSIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA



Foram incorporados ao mercado 793 novos consumidores, totalizando no final do ano **36.919**, com um acréscimo de 2,15% em relação ao ano de 2018.



As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 17,899 MWh, representando um percentual de 8,58%, demonstrando a redução significativa e o resultado fruto dos efeitos dos investimentos feitos pela **IGUAÇU ENERGIA** nos últimos 4 anos e na busca incansável da qualidade do serviço de distribuição de energia.



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A **IGUAÇU ENERGIA** atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e parte de Bom Jesus e Ipuação, totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 80.000 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL

<u>ANO</u>	<u>KWh/Habitante</u>	<u>KWh/Consumidor</u>
2009	2.449	6.814
2010	2.546	6.883
2011	2.648	6.773
2012	2.691	6.645
2013	2.466	5.960
2014	2.573	6.221
2015	2.599	6.049
2016	2.370	5.427
2017	2.266	5.077
2018	2.316	5.019
2019	2.388	5.103

4.2 - RECURSOS HUMANOS

O número de empregados da **IGUAÇU ENERGIA** em Dezembro de 2019 foi de 113. A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

<u>ANO</u>	<u>N. DE EMPREGADOS</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>Nº Consumidores/Empregado</u>	<u>MWh/Empregado</u>
2009	103	-15,57%	279	1.902
2010	94	-8,74%	315	2.169

2011	104	-10,64%	301	2.038
2012	107	2,80%	303	2.284
2013	113	5,61%	222	1.176
2014	115	1,77%	292	1.016
2015	123	6,50%	279	1.690
2016	117	-4,88%	299	1.621
2017	116	-0,86%	308	1.563
2018	114	-0,98%	324	1.625
2019	113	-0,88%	331	1.691

5 - INADIMPLÊNCIA

Registramos, face a conjuntura política/financeira que atravessa o País, a continuação de considerável nível de INADIMPLÊNCIA no patamar de mais de R\$ 1,9 milhões de reais registrados em 31 de dezembro de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores Expressos em Reais

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

<u>ATIVO</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.232.670,27	3.059.035,43
Contas a Receber de Clientes.....	21.948.626,73	27.904.469,14
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	25.447,67	15.985,72
Estoques.....	624.580,81	572.180,81
Serviços Pedidos em Curso.....	1.297.573,03	625.070,43
Adiantamento a Fornecedores.....	13.234,00	12.000,00
Exposição Involuntária.....	1.274.184,11	916.404,50
Alienação de bens e direitos.....	4.009.234,70	52.001,21
Outros Créditos a Receber.....	74.754,80	170.697,91
	<u>30.500.306,12</u>	<u>33.327.845,15</u>
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos Judiciais.....	33.289.650,07	31.340.583,02
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	47.326,78	24.115,70
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	1.931.798,71	2.070.976,39
Ativo Financeiro da Concessão.....	3.073.201,98	5.428.344,24
Intangível.....	25.515.427,47	24.128.895,43
	<u>63.857.405,01</u>	<u>62.992.914,78</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>94.357.711,13</u>	<u>96.320.79,93</u>

<u>PASSIVO</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Fornecedores.....	9.040.402,88	8.025.513,88
Empréstimos e Financiamentos.....	296.030,58	536.411,55
Folha de Pagamento.....	552.324,62	547.713,83
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	13.547.713,53	17.916.253,67
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio.....	86.260,57	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	1.740.638,37	1.958.871,04
Encargos do Consumidor.....	4.558.757,25	4.577.724,61
Passivos Financeiros Setoriais.....	9.019.902,58	11.940.959,41
Outras Contas a Pagar.....	803.581,79	1.078.206,66
	<u>39.645.612,17</u>	<u>46.667.915,22</u>

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos.....	663.300,07	718.346,81
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	-	425.117,20
Provisão para processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.....	37.378.028,39	34.779.068,47
Tributos Diferidos	1.044.888,68	3.125.278,19
Outras Contas a Pagar.....	31.609,68	35.175,12
	<u>39.117.826,82</u>	<u>39.082.985,79</u>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social.....	6.387.636,00	6.387.636,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	1.286.575,36	1.286.575,36
Recursos Destinados a Aumento de Capital.....	2.769.506,00	539.506,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	4.693.290,83	1.898.877,61
	<u>15.594.272,14</u>	<u>10.569.858,92</u>

TOTAL DO PASSIVO.....	94.357.711,13	96.320.759,93
------------------------------	----------------------	----------------------

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	2019	2019		2018	2018	
	Societário	Regulatório	Conciliação	Societário	Regulatório	Conciliação
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa.	1.232.670,27	1.232.670,27	0,00	3.059.035,43	3.059.035,43	0,00
Contas a Receber de Clientes..	21.948.626,73	21.948.626,73	0,00	27.904.469,14	27.904.469,14	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	25.447,67	25.447,67	0,00	15.985,72	15.985,72	0,00
Estoques.....	624.580,81	624.580,81	0,00	572.180,81	572.180,81	0,00
Serviços Pedidos em Curso.....	1.297.573,03	1.297.573,03	0,00	625.070,43	625.070,43	0,00
Adiantamento a Fornecedores.	13.234,00	13.234,00	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
Exposição Involuntária.....	1.274.184,11	1.274.184,11	0,00	916.404,50	916.404,50	0,00
Alienação de bens e direitos....	4.009.234,70	4.009.234,70	0,00	52.001,21	52.001,21	0,00
Outros Créditos a Receber.....	74.754,80	74.754,80	0,00	170.697,91	170.697,91	0,00
	30.500.372,45	30.500.306,12	0,00	33.327.845,15	33.327.845,15	0,00
NÃO-CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Depósitos Judiciais.....	33.289.650,07	33.289.650,07	0,00	31.340.583,02	31.340.583,02	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	47.326,78	47.326,78	0,00	24.115,70	24.115,70	0,00
I. Renda e C. Social Diferidos..	1.931.798,71	1.931.798,71	0,00	2.070.976,39	2.070.976,39	0,00
Ativo Financ. Ind. de Conces...	3.073.201,98	0,00	3.073.201,98	5.428.344,24	0,00	5.428.344,24
IMOBILIZADO.....	0,00	48.525.745,58	(48.525.745,58)	0,00	49.325.755,40	(49.325.755,40)
INTANGÍVEL.....	25.515.427,47	7.068,99	25.508.358,48	24.128.895,43	21.558,99	24.107.366,44
	63.857.405,01	64.420.931,06	(19.944.185,12)	62.992.914,78	82.782.989,50	(19.790.074,72)
TOTAL DO ATIVO.....	97.357.711,13	114.301.896,25	(19.944.185,12)	96.320.759,93	116.110.834,65	(19.790.074,79)

DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores Expressos em Reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	92.576.978,93	84.535.726,31
<u>CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(38.060.204,02)	(34.754.179,77)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.	(30.349.177,14)	(27.334.445,17)
Pessoal.....	(14.633.573,42)	(14.272.402,02)
Material.....	(1.124.496,76)	(974.016,20)
Serviço de Terceiros.....	(2.666.070,10)	(2.714.182,90)
Depreciação e Amortização.....	(1.398.233,56)	(1.467.211,24)
Aluguéis e Leasing.....	(719.501,18)	(766.731,16)
Outros.....	(1.958.929,09)	(1.318.638,21)
	(90.901.185,27)	(83.601.806,67)
LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO.....	1.666.793,66	933.919,64
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas Financeiras.....	909.637,22	1.618.865,02
Despesas Financeiras.....	(924.019,42)	(1.461.466,70)
	(14.382,20)	157.398,32
<u>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</u>		
Outras Receitas e Despesas na Desativação/Alienação.....	(434.710,14)	(337.059,39)
RESULTADO OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA	1.652.411,46	1.091.317,96
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente.....	(799.210,07)	(331.519,17)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido.....	(139.177,68)	345.433,50
	(938.387,75)	13.924,33
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	714.023,71	1.104.842,29

6 - FATOS SUPERVENIENTES

Finalmente, não podemos deixar de registrar, neste relatório, os reconhecimentos:

Pela ANEEL, em março de 2019

- a) da qualidade do serviço prestado e eficiência na gestão econômica financeira, referente ao ano de 2016 conforme publicação de 19.03.2019;
- b) da qualidade do serviço prestado e eficiência na gestão econômica financeira, referente ao ano de 2017 conforme publicação de 26.03.2019;
- c) finalista do PRÊMIO OUVIDORIA constante do Ofício n. 08/2019 a ser entregue em 15.05.2019, em Vitória, ES.

Pelo Município de Xanxerê, em março de 2019

IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.

Rua Pedroso Alvarenga, 1221 6º andar, Bairro Itaim Bibi- São Paulo SP – 04531-012 - Fone/Fax: (11) 3066-2410 / 3066-2755

Rua Dr. José de Miranda Ramos, 51 - Xanxerê SC - 89820-000 - Fone: (49) 3441-6300 - Fax: (49) 3441-6301

www.ienergia.com.br

- a) Troféu de 2º lugar na Classificação Geral Movimento Econômico no Município de Xanxerê – Ano Base 2017, exercício de 2018.

7 - PARECER DA DIRETORIA

A **IGUAÇU ENERGIA** mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a **IGUAÇU ENERGIA** revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a **IGUAÇU ENERGIA** apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

O êxito que a **IGUAÇU ENERGIA** vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial e o empenho de suas equipes técnicas e administrativa.

Desejamos finalmente consignar, voto de louvor e agradecimento à competência e dedicação de todos nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições, em prol do engrandecimento da empresa e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Salles Leite Filho – Diretor

Ana Paula Torres – Diretora

Antonio Claudio Baldissera – Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68